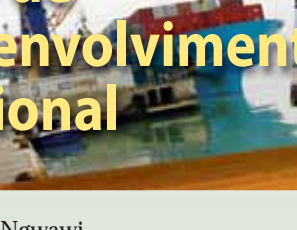




ÁFRICA AUSTRAL HOJE



SADC HOJE Vol. 15 No 2 Fevereiro 2013



2013 Ano de Desenvolvimento Regional

por Joseph Ngwawi

O ANO de 2013 é crucial para várias iniciativas regionais importantes, incluindo a implementação de um ambicioso programa para o desenvolvimento de infra-estruturas transfronteiriças e a conclusão de processos eleitorais que culminarão com a votação em dois Estados-Membros da SADC, bem como a entrada em vigor do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

O esforço em curso na SADC para resolver a situação de deterioração da segurança na República Democrática do Congo (RDC), também poderá vir a dominar a agenda regional este ano.

O Plano Director de Desenvolvimento Regional de Infra-estruturas vai conduzir a futura cooperação e planeamento, o que é essencial para atrair investimentos para a região da SADC e promover o comércio intra-e inter-regional, bem como o investimento directo estrangeiro.

Orçado em 500 biliões de dólares norte-americanos, o Plano Director vai orientar a implementação coordenada de redes transfronteiriças de infra-estruturas da SADC que estão integradas nos seis sectores prioritários de energia, transportes, turismo, informação tecnológica, meteorologia e água.

Uma conferência de investimento em infra-estruturas, em Abril ou Maio deste ano, poderá atrair potenciais investidores, com exposições na Ásia, Europa e Estados Unidos.

Um dos desafios significantes para o corrente ano é que 2013 constitui o último ano antes da meta definida para as empresas regionais de electricidade equilibrarem a oferta e a procura de energia até 2014.

A região vem enfrentando crises de energia nos últimos anos, devido à crescente demanda contra a expansão da limitada capacidade de produção.

Quase todos os estados membros da SADC embarcaram em projectos para aumentar sua capacidade de produção de electricidade, em iniciativas que vão desde projectos de infra-estruturas convencionais até inovações e planos de curto e longo prazo.

De acordo com o Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral, que reúne firmas de energia de 12 Estados Membros da SADC, a crise de energia poderá ser resolvida até 2014, caso todos os projectos planeados de produção de electricidade sejam implementados a tempo.

Neste sentido, o ano de 2013 oferece Estados membros da SADC uma oportunidade para intensificar a sua implementação antes da meta em 2014.

O principal desafio para o desenvolvimento regional, em 2013, além do ambiente global de incertezas financeiras, é o conflito no leste da RDC, onde os rebeldes anti-governamentais ameaçaram marchar sobre Kinshasa, a capital do vasta e rico País em minerais.

continua na página 2...

Protocolo do Género da SADC entra em vigor, veja na página 13

POLÍTICA	3
COMÉRCIO	4
AGRICULTURA	5
ELEIÇÕES	6
PAZ E SEGURANÇA	7
ENERGIA	8-9
PERSPECTIVA	10-11
ELEIÇÕES	12
GÉNERO	13
UNIÃO AFRICANA	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16

2013

Ano de Desenvolvimento Regional

O conflito no leste da República Democrática do Congo criou uma enorme crise humanitária, com sérias implicações para a integração e desenvolvimento socioeconómico regional.

Os líderes da SADC realizaram em Fevereiro, em Maputo, uma cimeira extraordinária para analisar a situação de segurança no Leste da RDC após uma Cimeira da Troika da SADC realizada em Janeiro em Dar Es Salaam, quando o Presidente da SADC e Chefe de Estado moçambicano, Armando Guebuza, reuniu-se com os três líderes que formam a troika do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança da SADC.

Nove Estados-Membros da SADC comprometeram-se a contribuir com tropas para a Força Neutral Internacional (NIF) que será despachada para a RDC - Angola, Lesotho, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Os líderes da SADC solicitaram a Comissão da União Africana, a SADC e da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, para envolver com urgência a Organização das Nações Unidas no processo da implantação da NIF, no leste da RDC. (Ver página...)

O ano de 2013 poderá ser o de entrada em vigor do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, uma vez que já possui ratificações suficientes, mas os instrumentos de ratificação precisam de ser depositados junto do Secretariado da SADC.

Vários Estados-Membros da SADC já ratificaram este acordo e há progressos quantificáveis a vários níveis em todos os Estados-membros para a igualdade e autonomia das mulheres ao lado dos homens na África Austral. A meta regional é a paridade de género - 50:50 até 2015.

Em relação à situação política na região, as bastantes aguardadas eleições no Madagáscar estão programadas para este ano e

espera-se que ponham termo a já prolongada disputa política naquela Ilha do Oceano Índico.

A primeira volta das eleições presidenciais no Madagáscar está prevista para 08 de Maio, com uma segunda volta marcada para 3 de Julho. O presidente malgaxe é eleito para um mandato de cinco anos, por uma maioria de votos, com base num sistema de duas voltas.

A Comissão Nacional Eleitoral Independente de Transição, disse que as eleições parlamentares serão realizadas simultaneamente com a segunda volta das eleições presidenciais a 03 de Julho, estando as eleições municipais marcadas para 23 de Outubro.

Partidos políticos de Madagáscar assinaram um roteiro em 2011, com base num acordo mediado pela SADC, o que permitiu o retorno incondicional do exílio do ex-presidente Marc Ravalomanana, que foi deposto em 2009 num golpe de Estado liderado pelo líder da oposição, Andry Rajoelina.

Ravalomanana, que está exilado na África do Sul, anunciou em Dezembro de 2012 que não vai se candidatar para ser eleito e pediu que seu rival siga o exemplo. Os líderes da SADC anunciaram em Janeiro que Rajoelina também concordou em não concorrer nas eleições.

Outro marco importante é o final antecipado do processo de desenvolvimento de uma nova Constituição no Zimbabwe e a realização de eleições gerais este ano.

A SADC, representada pelo Presidente Sul-Africano Jacob Zuma, está a facilitar o processo de implementação do Acordo Político Global (GPA) no Zimbabwe, mas a conclusão foi adiada por causa do longo processo de elaboração de uma nova Constituição para substituir a que o País herdou com a Independência, em 1980, depois do acordo de Lancaster House.

As partes do GPA e do parlamento aprovaram o projecto

de revisão da Constituição e isso vai ser submetido a um referendo a 16 de Março. O referendo, independentemente do seu resultado, abrirá mais tarde espaço para a realização de eleições gerais.

Além das eleições gerais no Madagáscar e no Zimbabwe, estão previstas eleições municipais e parlamentares em Moçambique e Swazilândia, respectivamente.

Este ano também será marcado pela conclusão da primeira fase de negociações sobre a criação da Área Comércio Livre Tripartida (ACL) envolvendo o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), Comunidade dos Estados da África Oriental (EAC) e a SADC.

O Fórum de Negociação Comercial Tripartida envolvendo as três comunidades económicas regionais concluiu a fase preparatória das negociações em 2012 e prosseguiu para a próxima fase.

As negociações para a ACL vão decorrer em três fases - fase preparatória, fase um e fase dois. A fase preparatória envolveu principalmente a troca de informações relevantes, incluindo as tarifas aplicáveis em cada País, bem como dados de comércio e medidas.

Na Fase um as negociações abrangerão questões centrais da ACL sobre a liberalização tarifária, regras de origem, procedimentos aduaneiros e simplificação da documentação aduaneira. A facilitação do movimento de agentes económicos dentro da região será negociada em paralelo com a fase Um.

De acordo com o roteiro aprovado na segunda Cimeira conjunta COMESA-EAC-SADC, em Junho de 2011, todas as negociações para a chamada Grande ACL devem estar concluídas dentro de 36 meses. O COMESA, EAC e SADC esperam lançar a ACL conjunta em 2016. r

Conselho de Ministros discute programa de trabalho para 2013

O CONSELHO de Ministros da SADC vai reunir-se em Moçambique, no final de Fevereiro ou início de Março, para discutir o programa de trabalho para 2013.

O Conselho é responsável por supervisionar e monitorar as funções e o desenvolvimento da SADC e assegurar que as políticas sejam devidamente implementadas.

Este órgão reúne-se duas vezes por ano para deliberar sobre questões institucionais, incluindo aprovação dos orçamentos anuais e planos estratégicos para a implementação na região, por parte do Secretariado da SADC sediado no Botswana.

Os ministros, normalmente responsáveis pelos assuntos exteriores, cooperação internacional, desenvolvimento económico, planeamento ou finanças, reúnem-se de novo na

véspera da Cimeira em Agosto / Setembro para preparar recomendações políticas para os Chefes de Estado e de Governo.

Em Moçambique, o Conselho irá avaliar os progressos em uma série de decisões tomadas até agora, como a revisão intercalar do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), um plano de desenvolvimento da região de 15 anos.

A revisão, que teve início em 2012 e deverá ser concluída este ano, culminará com o desenvolvimento de um programa de trabalho virado para reforçar a integração regional.

Conselho também poderá discutir uma proposta de melhoria da estratégia de comunicação da SADC que irá incorporar um plano de negócios claro para implementação com prazos definidos. r

Revisão do RISDP será concluída em 2013

UMA REVISÃO independente do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) poderá ser concluída este ano, abrindo o caminho para a região aprofundar a integração e enfrentar outras questões emergentes, como as mudanças climáticas e o desenvolvimento global.

O RISDP é um programa estratégico de 15 anos definido pelos Estados-Membros como um modelo para o desenvolvimento e integração regional. Foi aprovado pela Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo em 2003 e sua efectiva implementação começou em 2005 e vai até 2020.

O plano, que está sendo implementado em fases de cinco anos, fornece aos Estados-Membros um programa coerente e abrangente de políticas económicas e sociais de longo prazo.

A revisão surge depois de uma avaliação inicial do RISDP feita pelo Secretariado da SADC em 2011.

O Centro de Estudos de Comércio e Desenvolvimento (TRADES Centre), sediado no Zimbabwe, está a realizar a revisão independente que iniciou em 2012.

A revisão permitirá aos Estados-Membros e as partes externas da sociedade civil, sector privado e outros, reflectir sobre as questões importantes e prioritárias para a próxima fase de implementação.

Neste sentido, a revisão da SADC constitui uma oportunidade para enfrentar com

firmeza algumas questões fundamentais, tendo em mente que o RISDP é um plano estratégico e não um instrumento juridicamente vinculativo.

Também fornece ao Secretariado da SADC e as suas instituições subsidiária uma forma de análise interna das políticas económicas e sociais aprovadas pela SADC. O RISDP estabelece as prioridades da SADC, tais como:

- Paz sustentável e segurança na região;
- Liberalização do comércio e desenvolvimento económico;
- Desenvolvimento de Infra-estrutura de apoio à integração regional;
- Segurança alimentar sustentável;
- HIV e SIDA, e,
- Questões transversais de desenvolvimento de competências de género ciência, igualdade e tecnologia, desenvolvimento do sector privado, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

A revisão independente também poderá abordar outras questões emergentes como as mudanças climáticas, pobreza e o desenvolvimento global.

"Congratulamo-nos com a revisão, tendo em conta as mudanças que ocorrem no contexto dos desenvolvimentos regionais e globais", afirmou Trudi Hartszenberg, directora executiva do Centro de Comércio e Direito, durante um seminário de desenvolvimento regional realizado em Harare, Zimbabwe.

"A revisão é uma oportunidade para considerar o compromisso dos Estados membros sobre as regras fundamentais da governação; destaca a forma de lidar o regime de resolução de disputas que é essencial nas regras de governação", disse ela.

Uma análise robusta do RISDP também permitiria a SADC desenvolver uma agenda apropriada para o século 21, oferecendo uma estrutura política, jurídica e institucional para as decisões dos agentes económicos que aumentam a sua competitividade e ainda contribuir para abordar os desafios fundamentais do desenvolvimento como o desemprego e a pobreza.

Alguns dos marcos da SADC definidos no RISDP incluem a realização da Área de Comércio Livre da SADC (ACL) em 2008, o Mercado Comum até 2015, a União Monetária em 2016 e uma moeda única em 2018.

A SADC lançou com sucesso sua ACL em 2008 e este marco tem contribuído para melhorar o comércio intra-regional. Os preparativos estão em andamento para facilitar o estabelecimento de outros marcos.

O RISDP também reafirma o compromisso dos Estados membros da SADC para a boa governação política, económica e empresarial fortalecida com uma cultura de democracia, participação da sociedade civil, transparência e respeito ao Estado de direito.

O objectivo final do plano é o de aprofundar a agenda de integração da SADC, com vista a acelerar a erradicação da pobreza e a realização de outros objectivos de desenvolvimento económico e não económico.

A avaliação realizada pelo Secretariado da SADC com base na implementação do Quadro do RISDP 2005-2010 revelou que havia "níveis satisfatórios de implementação do RISDP" ao longo dos últimos cinco anos.

Com base na avaliação notou-se que todos os sectores foram capazes de alcançar total ou parcialmente a maioria dos diferentes resultados e metas dentro do prazo estipulado.

A análise indicou alguns progressos significativos em infra-estrutura e Serviços, com cerca de 60 por cento de todas os resultados terem sido plenamente alcançados e 40 por cento parcialmente atingidos.

No que respeita à Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais (FANR), cerca de 64 por cento das metas de produção foram plenamente alcançadas, 28 por cento parcialmente atingidas e somente oito por cento não foram alcançadas.

Embora a avaliação forneça uma visão geral do estado de implementação dos diferentes sectores definidos no RISDP, uma avaliação mais ampla, que envolve todas as partes interessadas nos Estados-Membros, poderá proporcionar uma análise mais abrangente. r

PRINCIPAIS CONCLUSÕES da avaliação do RISDP feita pelo Secretariado da SADC incluem:

- **Promoção da implementação a nível dos Estados Membros** – Há necessidade de aumentar a advocacia e assistência técnica a nível nacional para estimular o início da implementação dessas estruturas a fim de alcançar o impacto da integração regional.
- **Estruturas eficazes para o Secretariado e Cooperação entre os Estados Membros** – Há necessidade de encontrar ferramentas e procedimentos adequados para garantir que os Estados-Membros sejam capazes de dar resposta aos interesses regionais.
- **Metas realistas e avaliação do RISDP em curso** – As metas precisam de ser realistas na formulação de políticas, estratégias e estruturas de implementação.
- **Falta de recursos humanos, financeiros e técnicos no Secretariado da SADC** – Os Estados Membros são encorajados a financiar

adequadamente todas as intervenções, incluindo pesquisa e extensão, uma vez que actualmente são mais dependentes de Parceiros de Cooperação Internacional.

- **Promoção da monitoria e avaliação** – Linhas de base são necessárias em diversas áreas de cooperação para medir o impacto dos programas regionais.
- **Integração de questões transversais** – Há necessidade de criar estruturas eficazes responsáveis pela integração das questões transversais em todos os programas.
- **Melhoria da capacidade do Secretariado** – O Secretariado deve ser habilitado para prestar aconselhamento mais estratégico e de longo prazo aos Estados Membros.
- **SADC como plataforma para posições comuns pan-africanas e globais** – É necessária maior colaboração entre as instituições regionais para facilitar a implementação eficaz e eficiente de posições e actividades conjuntas. r

BRICS e África – Parceria para a Integração e Industrialização

A **ÁFRICA** do Sul vai acolher a 5ª Cimeira do BRICS em Março sob o lema "BRICS e África - parcerias para a integração e industrialização".

O grupo das economias emergentes (BRICS), composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, é considerado como tendo o mais rápido mercado emergente do mundo.

Estudos mostram que no ano de 2050 as economias combinadas do BRICS poderão superar o conjunto das economias dos actuais Países ricos do mundo.

The summit set for 26-27 March is expected to deliberate on a number of issues to promote partnership

between BRICS countries and Africa.

A cimeira, marcada para 26-27 Março, poderá deliberar uma série de questões para promover a parceria entre os países do BRICS e África.

As principais áreas de foco para a cimeira são:

- Promoção do desenvolvimento de infra-estruturas Africanas;
- Criação de um banco de desenvolvimento liderado pelo BRICS;
- Criação de um Centro de Conhecimento do BRICS; e,
- Criação de um Conselho de Negócios do BRICS.

O vice-ministro sul-africano para as Relações Internacionais e Cooperação, Ebrahim Ebrahim, disse que os preparativos estão progredindo bem para garantir que a

África do Sul acolha a cimeira condignamente.

Ele disse que, pela primeira vez, a cimeira vai incluir um diálogo entre os líderes do BRICS e os Chefes de Estado e de Governo das oito Comunidades Económicas Regionais (CER) do continente.

Analistas económicos indicam que a África do Sul poderá vir a tirar maiores proveitos do BRICS, caso este País represente os interesses de África.

África do Sul tem uma economia de cerca de 290 biliões de dólares norte-americanos - o menor dos Países BRICS e menos de um quarto do que o da Rússia.

A sua população é estimada em cerca de 49 milhões, em comparação com 1.3 biliões da China, 1.2 biliões da Índia, 191 milhões no Brasil e 142 milhões da Rússia.

Independentemente do tamanho, a África do Sul está numa posição única para influenciar o crescimento económico Africano e investimentos.

O Produto Interno Bruto combinado de África é similar ao do Brasil e Rússia e ligeiramente superior ao da Índia.

Sendo o único país do continente neste agrupamento de

mercados emergentes, a África do Sul pode, assim, actuar como uma porta de entrada da África Austral e de todo o continente Africano.

Os Países do BRICS estão individualmente a fazer progressos em África e já é visível o aumento do comércio e do investimento, particularmente do Brasil, China e Índia.

A Cimeira do BRICS realiza-se todos os anos e o local é rotineiro entre os Estados membros. A última cimeira decorreu na Índia em 2012.

O mecanismo BRICS visa a alcançar a paz, segurança, desenvolvimento e cooperação. Visa também contribuir significativamente para o desenvolvimento da humanidade e estabelecer um mundo mais equitativo e justo. r

Ligação ferroviária vai dinamizar o comércio da SADC

CINCO PAÍSES da SADC estão a planear coordenar os seus serviços de transporte ferroviário para aumentar o comércio através do porto de Durban, África do Sul.

Empresas de transporte ferroviário do Botswana, República Democrática do Congo, África do Sul, Zâmbia e Zimbabwe vão usar as suas actuais infra-estruturas ferroviárias para facilitar o transporte até ao porto de Durban, no Oceano Índico.

O chefe de negócios internacionais da Transnet Freight Rail, Nyameka Madikizela, disse que o principal objectivo é "alinhar as cinco linhas ferroviárias para um sistema ferroviário unificada no Corredor Norte-Sul, através da criação de um Centro de Operação Conjunta em Bulawayo, Zimbabwe". r



SADC lança União Aduaneira em 2013

ÁFRICA AUSTRAL está fazendo esforços para lançar a tão esperada União Aduaneira da SADC em 2013, numa tentativa de aprofundar a integração regional e consolidar desenvolvimento socioeconómico.

A meta para o estabelecimento de uma União Aduaneira foi originalmente definida para 2010. No entanto, devido a desafios imprevistos, a data foi adiada para permitir que os Estados-Membros tivessem mais tempo para consolidar a implementação e os ganhos da

Área de Livre Comércio (ACL) lançada em 2008.

"Devido a limitações de capacidade dentro do Secretariado da SADC, a implementação do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional começou tarde, ou seja, este marco (União Aduaneira da SADC) ainda não foi atingido," refere a SADC no seu portal de Internet.

"No entanto, prevê-se que o estabelecimento da União Aduaneira da SADC seja alcançada em 2013."

A união aduaneira é um estágio avançado de integração, quando comparado a uma ACL uma vez ela não exige tarifas ou quotas sobre as mercadorias provenientes de dentro da região.

Os atrasos na implementação da União Aduaneira da SADC significa que alguns dos programas da SADC que visam aprofundar a integração económica podem ser afectados.

Os desafios regionais incluem o lançamento do Mercado Comum da SADC, que foi fixado para 2015 e a União Monetária agendada para 2018. r

Previsões de chuva acima do normal para a África Austral

PERITOS CLIMÁTICOS da África Austral prognosticam a ocorrência de chuvas normais com tendência para acima do normal na maior parte da região durante o período de Janeiro a Maio de 2013.

Esta previsão de chuvas foi elaborada por cientistas do clima dos serviços meteorológicos e hidrológicos da região da SADC, bem como do Observatório Seca da SADC e do Instituto Internacional de Pesquisa para o Clima e Sociedade.

O 16º Fórum da África Austral para a Previsão Climática que fez a revisão intermédia da época chuvosa, numa recente reunião realizada na Zâmbia, dividiu o período chuvoso em três períodos, ou seja, Janeiro a Março, Fevereiro a Abril e de Março a Maio.

A maior parte da República Democrática do Congo (RDC), norte de Angola e o sul de Madagáscar poderão receber chuva normal com tendência para abaixo do normal no período de Janeiro a Março.

Durante os meses de Fevereiro a Abril, apenas o nordeste da Tanzânia terá chuva normal com tendência para abaixo do normal, enquanto o resto da região deverá receber chuva normal com tendência para acima do normal.

Um padrão similar está previsto para Março a Maio, com a maior parte da região a receber chuva normal com tendência para acima do normal, com excepção do extremo norte e parte ocidental da RDC, onde se prevê chuva normal com tendência para abaixo do normal.

Chuva acima do normal é definida como sendo o valor médio registado no terceiro período mais húmido da época chuvosa durante um intervalo de 30 anos entre 1971 e 2000, enquanto que chuva abaixo do normal está no terceiro período mais seco, e chuva normal ocorre no período intermédio.

Os cientistas também consideraram que o fenómeno El

Niño-Oscilação Sul (ENSO) vai estar numa fase neutra projectada para persistir no início de 2013.

El Niño é uma condição de tempo que começa com o aquecimento das águas do Oceano Pacífico ocidental e eventualmente afecta o clima global.

Os eventos de aquecimento naturais alteram os padrões climáticos em todo o mundo, geralmente causando secas na África Austral ou contribuindo para a sua gravidade.

A previsão regional mostra um primeiro cenário do processo de previsão sazonal que, em

seguida, requer uma revisão localizada pelas instituições nacionais de meteorologia antes de ser finalizada.

Os usuários da previsão climática são, portanto, fortemente aconselhados a contactar o Serviço Nacional Meteorológico e os serviços hidrológicos para a interpretação do significado dos termos normal e acima do normal em termos de quantidade de chuva, momento para efectuar as plantações, actualizações e outras orientações adicionais.

Também é relevante apenas para prazos sazonais e áreas relativamente grandes, e não pode satisfazer plenamente a todos os factores que influenciam a variabilidade climática regional e nacional, tais como variações locais e mensais. r



SADC contra a proibição do tabaco

PAÍSES DA África Austral têm sido instados a opor-se a Convenção-Quadro da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o Controlo do Tabaco.

A Associação das Câmaras de Comércio e Indústria da SADC (ASCCI) refere que a Convenção da OMS não considerou totalmente o bem-estar das comunidades agrícolas nos países produtores de tabaco.

Os artigos 17 e 18 da Convenção, que falam da cultura do tabaco, procuram forçar os agricultores a eliminarem gradualmente o

cultivo do tabaco a favor de outras culturas como as alimentares, apesar da procura do tabaco continuar.

Outras medidas propostas pela OMS incluem a redução da área destinada ao cultivo de tabaco, a proibição de apoio financeiro e técnico para os agricultores de tabaco e o desmantelamento de todos os órgãos que ligam os produtores de tabaco com os governos.

O Presidente da ASCCI, Oswald Binha, disse que a África Austral não pode subestimar a importância do cultivo do tabaco na região.

"Milhões de pessoas na região da SADC dependem da cultura do fumo para a sua subsistência... quaisquer orientações aos agricultores de transição de tabaco devem ser sustentadas por evidências científicas comprovadas, bem como pela consulta directa aos agricultores que serão os mais afectados.

"Além disso, acreditamos que as tentativas de impor medidas uniformes ou valores definidos em impostos para todos os países mina o direito soberano dos Países de estabelecer e cobrar impostos de acordo com suas necessidades e interesses nacionais", disse Binha.

De acordo com um estudo recente do Instituto do Tabaco da África Austral, o tabaco é um importante contribuinte para a maioria das economias da região, com cerca de 1,1 milhões de hectares em produção de tabaco. O sector emprega cerca de quatro milhões de pessoas na região.

Todos os Estados-Membros da SADC são partes da Convenção-Quadro da OMS-, excepto o Malawi e o Zimbábwe. r



Madagáscar

Rumo a paz e estabilidade

OS DOIS principais rivais políticos em Madagáscar decidiram não se candidatar às eleições presidenciais previstas para Maio, em resposta a uma enorme pressão regional e internacional para dar a ilha um novo alento depois de quatro anos de crise constitucional.

Andry Rajoelina, o presidente da Transição em Madagáscar, e o ex-presidente Marc Ravalomanana disseram ambos que não iriam concorrer nas próximas eleições presidenciais.

Isto surge em resposta a uma forte pressão da SADC e da União Africana para os dois rivais ficarem de lado para evitar a repetição do tumulto que surgiu a partir de um golpe em 2009 que levou Rajoelina ao poder.

"Eu não vou concorrer nas eleições presidenciais. Prefiro me sacrificar em vez de sacrificar 22 milhões de pessoas malgaxes. Queremos paz",

disse Rajoelina num discurso em Janeiro.

Ravalomanana havia anunciado em Dezembro de 2012, que não iria concorrer novamente, sublinhando que quer que o país se reconstrua.

A Troika do Órgão da SADC sobre a Cooperação Política, Defesa e Segurança, reunida em sessão extraordinária na República Unida da Tanzânia, em Dezembro de 2012, saudou a decisão de Rajoelina e Ravalomanana de não disputar nas eleições presidenciais, considerando como sendo "um caminho para a resolução esta crise."

A Troika também propôs que a administração de Rajoelina deve aprovar uma lei de amnistia para permitir o retorno de Ravalomanana ao País antes das eleições.

O ex-presidente foi condenado a prisão perpétua com trabalhos forçados

em 2010 pela sua participação na morte de cerca de 30 manifestantes durante os tumultos que levaram à sua remoção inconstitucional.

Madagascar mergulhou em tumulto político em Março de 2009, quando o então líder da oposição, Andry Rajoelina, tomou o poder de Ravalomanana numa manifestação pública apoiada pelos militares.

O golpe foi semelhante ao método usado por Ravalomanana quando tomou o poder do seu antecessor, Didier Ratsiraka, poucos anos antes.

Esforços de mediação liderados pela SADC fizeram com que os dois líderes, juntamente com outros dois ex-presidentes malgaxes incluindo Ratsiraka, concordassem em estabelecer um governo de transição para governar o país até que novas eleições sejam realizadas. r

Órgão da Troika da SADC - Declaração sobre Madagáscar

RECORDANDO TODAS as decisões tomadas pelas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo da SADC sobre a situação política em Madagáscar;

Reconhecendo a necessidade de preservar os interesses do povo malgaxe;

Reafirmando:

(i) Que o roteiro continua a ser o único mecanismo viável para pôr fim à crise em Madagascar;

(ii) Reforçando o nosso compromisso em ajudar o povo malgaxe a pôr um fim à crise política em Madagáscar e devolver o País à normalidade constitucional;

(iii) A necessidade de respeitar o calendário eleitoral aprovado pela Comissão Nacional Eleitoral Independente da Transição (CENIT) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Nós, Presidentes Jakaya Kikwete (da República Unida da Tanzânia), Hifikepunye Pohamba (da República da Namíbia), Jacob Gedleyihlekisa Zuma (da República da África do Sul) e do Órgão da SADC Troika e Armando Emilio Guebuza (da República de Moçambique) e presidente da SADC, decidimos o seguinte:

1. Acolher e elogiar o compromisso assumido por Sua Excelência Andry Rajoelina, o presidente da Transição em Madagáscar, e Sua Excelência Marc Ravalomanana, ex-presidente de Madagáscar, de que não vão concorrer nas próximas eleições presidenciais e parlamentares;

2. Exortar o povo malgaxe para promover o espírito de reconciliação, paz e estabilidade e que se abstenha de todos os actos de desestabilização do País;

3. Exortar a todos os actores políticos malgaxes a assumir a sua responsabilidade de levar pacificamente Madagáscar sair da crise;

4. Reiteramos que os membros do governo devem renunciar sessenta (60) dias antes da data das eleições e devem decidir concorrer para as eleições legislativas e / ou presidenciais, previstas no artigo 14 do Roteiro;

5. Reiteramos também que "o Presidente, o Governo, os Chefes de Instituições e toda a máquina administrativa da transição deve permanecer neutra durante o período de transição, particularmente no processo eleitoral" (artigo 15º do Roteiro);

6. Além disso reiteramos o apoio da SADC ao calendário eleitoral para as eleições presidenciais e legislativas previstas para Maio e Julho de 2013;

7. Apelamos ao Parlamento malgaxe de Transição para promulgar legislação para conceder amnistia abrangente para Sua Excelência Andry Rajoelina, o Presidente da Transição em Madagáscar, e Sua Excelência Marc Ravalomanana, ex-Presidente de Madagáscar. Esta amnistia também deve ser estendida para as forças de segurança malgaxes;

8. Exortamos ao Parlamento malgaxe de Transição para promulgar a legislação sobre a situação dos ex-presidentes malgaxes. Essa legislação deve incluir privilégios e imunidades relevantes;

9. A liderança da SADC e o Mediador da SADC sobre o Madagáscar vão continuar comprometidos com o assunto.

Feito aos 10 de Janeiro de 2013 em Dar es Salaam, República Unida da Tanzânia. r





SADC promete tropas a RDC

OS CHEFES de Estado e de Governo apelaram para uma solução pacífica e duradoura para o conflito no leste da República Democrática do Congo e se comprometeram a contribuir com tropas para serem despachadas para esse fim.

O conflito no leste da República Democrática do Congo é um grande revés para o desenvolvimento e integração regional e tem impactos em todos os Países da África Austral, daí que os líderes da SADC decidiram que são necessários esforços colectivos para resolver a situação.

Nove estados membros da SADC concordaram em contribuir com tropas para a Força Neutral Internacional (NIF) - Angola, Lesotho, Malawi, Maurícias, Namíbia, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

África do Sul se ofereceu para fornecer apoio logístico para a NIF, enquanto a Tanzânia se ofereceu para fornecer um Comandante da Força para a NIF.

Outras contribuições dos Estados-Membros ou da comunidade internacional para a NIF estão ainda por ser anunciadas e, logo que toda a logística for concluída, a SADC deverá despachar a sua força para o leste da RDC.

A Cimeira Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da SADC, reunidos em Maputo, Moçambique, no início de Fevereiro, decidiu que o envio de tropas para o leste da RDC seria feito em estreita colaboração com a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (ICGLR).

Cinco estados membros da SADC são também membros da ICGLR, incluindo a RDC, bem como Angola, Malawi, Tanzânia e Zâmbia.

A Cimeira Extraordinária da SADC instou a União Africana

e a SADC / ICGLR a envolver "urgentemente as Nações Unidas no envio da NIF para o leste da RDC", e elogiou o Secretário-Geral da ONU pelo proposto Quadro de Paz, Segurança e Cooperação para a parte leste da RDC e Região.

Espera-se que a NIF contribua para manter e preservar a paz e garantir que a desestabilização não se espalhe para outras partes do País e da região.

Segundo o presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, que preside a Troika do Órgão da SADC sobre Cooperação Política, Defesa e Segurança, o tamanho real da contribuição de cada país que se comprometeu ainda está por ser determinado", pois há assuntos que estão sendo trabalhados especialmente quem vai fazer o quê na RDC. Estes incluem aspectos como a logística."

A Cimeira do Órgão da Troika realizada em Dar es Salaam, na Tanzânia, em Janeiro, e que contou com a participação do Presidente da SADC, saudou "o apoio das Nações Unidas no envio da NIF,

através do proposto Quadro das Nações Unidas para o envio de uma Brigada de Intervenção no leste da RDC, e manifestou a sua disponibilidade para trabalhar com a ONU".

A Cimeira da Troika reiterou o seu apelo "para uma atenção urgente sobre a grave situação humanitária no Leste da RDC".

O Presidente Sul-Africano Jacob Zuma, que é membro do Órgão da SADC Troika, disse que "a razão pela qual precisamos de uma força neutra internacional é impedir que forças externas entrem na RDC e causem problemas lá."

No ano passado, os líderes da SADC acusaram formalmente o Ruanda de apoiar os rebeldes tendo o Presidente da SADC, o Presidente Armando Guebuza de Moçambique, visitado o Ruanda para conversações com o Presidente Paul Kagame.

A RDC mergulhou numa crise política no início do ano passado e a situação aumentou em Novembro, quando os rebeldes anti-governamentais

auto-intitulados Movimento 23 de Março invadiram e capturaram a cidade de Goma, causando o deslocamento de pessoas e perda de vidas e bens.

Os rebeldes já ameaçaram marchar sobre Kinshasa, a capital do vasto e rico País em minerais.

A SADC exigiu a cessação das hostilidades e apelou para a resolução pacífica e duradoura do conflito, dizendo que a situação pode ser resolvida através do diálogo colectivo.

Os líderes da SADC reunidos na Cimeira anual em Agosto de 2012 observaram que a perturbação na RDC é perpetrada por grupos rebeldes com a ajuda de Ruanda e exortaram este País a cessar de imediato a sua interferência", pois isso constitui uma ameaça à paz e estabilidade não só da RDC, mas também da região SADC." r

ONU aprova força de paz para a RDC



AS NAÇÕES UNIDAS estão considerar um apoio para a implantação de uma força de paz para a República Democrática do Congo.

O Chefe de Pacificação na ONU, Herve Ladsous, disse que um acordo para implantar uma brigada de intervenção seria assinado em breve, acrescentando que a força seria enviada para o leste da RDC para "neutralizar" as milícias armadas.

Ele disse que seriam usados helicópteros e aviões de reconhecimento para manter a paz e a estabilidade no País,



apesar de Países vizinhos, como o Ruanda terem rejeitado o uso de aeronaves de vigilância electrónica conhecidos por drones.

A ONU quer utilizar os drones, desenvolvidos e fabricados nos Estados Unidos, para a vigilância em várias

partes do mundo, para monitorar a área de fronteira rica em minerais no leste da RDC, onde o Ruanda foi acusado de ajudar os rebeldes que lutam contra o governo.

A brigada de manutenção de paz das Nações Unidas irá operar sob o mandato da missão MONUSCO implantada em outras partes da RDC.

A RDC é já a maior missão de manutenção da paz da ONU, com mais de 17.000 tropas. Mas as forças estão espalhadas pelo enorme País e a ONU já tem mandato para reduzir os custos. r

AS NAÇÕES UNIDAS declararam 2014-2024 como a Década da Energia Sustentável para Todos como forma de destacar a importância das questões de energia na agenda de desenvolvimento pós-2015.

Numa resolução feita a 21 de Dezembro de 2012, a Assembleia Geral da ONU instou os Estados membros a galvanizar os esforços de tornar o acesso universal a serviços modernos de energia sustentável uma prioridade, observando que cerca de 1.3 bilião de pessoas no mundo estão sem electricidade e outros 2.6 biliões de pessoas em Países em desenvolvimento dependem da biomassa tradicional para cozinhar e para o aquecimento.

A Resolução expressou preocupação de que, mesmo quando os serviços de energia estão disponíveis, milhões de pessoas são incapazes de pagar por esses serviços.

A resolução sublinha a necessidade de melhorar o acesso a serviços de energia confiável, economicamente viável, socialmente e ambientalmente aceitável e recursos para o desenvolvimento sustentável.

Para o efeito, a Assembleia Geral também destacou a importância de melhorar a eficiência energética, bem como aumentar a quota de tecnologias de energia renovável e mais limpa.

Na resolução, a Assembleia Geral exortou os governos, assim como as organizações internacionais e regionais e outras partes interessadas para combinar, conforme o caso, o aumento do uso de novas fontes de energia e renováveis, uso mais eficiente da energia, maior dependência de tecnologias avançadas de energia, incluindo tecnologias mais limpas de combustíveis fósseis e uso sustentável dos recursos energéticos tradicionais, para atender a crescente necessidade de serviços energéticos.

A declaração da década baseia-se no interesse crescente pelos Estados-Membros em matéria de energia. A Resolução 65/151 da Assembleia Geral declarou 2012 como o "Ano Internacional da Energia Sustentável para Todos" e apelou ao Secretário-Geral para organizar e coordenar as actividades durante o ano para aumentar a consciencialização sobre a importância de abordar as questões energéticas.

Em resposta, o Secretário-Geral, Ban Ki-moon, lançou a iniciativa Energia Sustentável para Todos, que reúne as partes interessadas do governo, o sector privado e da sociedade civil.

A iniciativa é liderada por Kandeh Yumkella de Serra Leoa, que é também o director-geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e preside o pelouro de Energia das Nações Unidas.

O objectivo da iniciativa é mobilizar uma acção no sentido de proporcionar acesso universal à energia, dobrar a taxa de melhoria global da eficiência energética e duplicar a quota das energias renováveis no cabaz energético global.



2014-2024

Década de Energia Sustentável

De acordo com Yumkella, energia sustentável para todos é essencial para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e para a abertura de novas oportunidades de crescimento e prosperidade em todos os Países.

"Também é central para as discussões sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 e para as novas metas proposta para o desenvolvimento sustentável", disse ele.

Como parte da iniciativa, a ONU lançou uma Consulta Global de Energia que tem como objectivo explorar assuntos como a necessidade de energia confiável na agenda de desenvolvimento pós-2015 e identificação de questões prioritárias.

A finalidade da consulta é convidar uma ampla gama de partes interessadas para construir uma visão compartilhada dos futuros desafios de energia no mundo e a necessidade de integrar a energia na agenda de desenvolvimento pós-2015.

O esforço é parte de um conjunto de diálogos globais composto por mais de 50 consultas nacionais e 11 consultas temáticas, uma das quais é a energia.

A consulta é feita com base em discussões através de portais de Internet e de seminários organizados em todo o mundo.

Os resultados serão compartilhados e alimentados no quadro de desenvolvimento pós-2015 e outros processos relacionados para 2015, quando a actual agenda guiada pelos ODM está prestes a chegar ao fim.

Agenda de Desenvolvimento pós-2015

Os oito ODM - que vão desde a redução da pobreza extrema até contenção da propagação do HIV e SIDA, e garantia da educação primária universal - têm sido um marco nos esforços de desenvolvimento global e nacional desde 2000.

O quadro ajudou a galvanizar os esforços de desenvolvimento e orienta as prioridades de desenvolvimento nacional e global.





ERGIA AUSTRAL

vel para Todos

Enquanto três dos oito objectivos foram alcançados antes do prazo final de 2015, o progresso tem sido desigual dentro e entre países.

São necessários esforços adicionais e uma parceria global forte para acelerar o progresso e atingir as metas de desenvolvimento até 2015.

Após o resultado da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, que iniciou um processo inclusivo intergovernamental para a elaboração de um conjunto de objectivos de desenvolvimento sustentável, há um amplo consenso de que deve haver ligações estreitas entre os dois processos e agendas.

O acesso à energia é amplamente considerado como um dos ODM "perdido" e o debate entre especialistas em desenvolvimento é que a redução da pobreza e a condição socioeconómica global poderia melhorar caso a energia fosse identificada como o nono ODM.

Especialistas em desenvolvimento argumentam que a incapacidade de reconhecer o papel central de energia na lista original dos ODM, teve um impacto na forma como o mundo responde a questões de desenvolvimento sustentável e redução da pobreza.

A Energia afecta todos os aspectos do desenvolvimento - social, económico e ambiental, incluindo os meios de vida, acesso à água, a produtividade agrícola, saúde, níveis de população, educação e assuntos relacionados ao género.

Por exemplo, a maioria das pessoas na África Austral ainda dependem de fontes de energia tradicionais, como a madeira, ou outros tipos de biomassa, como resíduos de culturas, que é o combustível dominante para cozinhar. Isso tem um custo enorme para o meio ambiente uma vez que as famílias continuam a cortar as árvores para o tão necessário combustível.

Portanto, atingir auto-suficiência energética seria um longo caminho para melhorar as oportunidades da SADC de atingir os ODM, criando oportunidades para que as pessoas saiam do trilho da pobreza.

Iniciativas Regionais

Para melhorar o acesso à energia, a África Austral embarcou num programa para aumentar a disponibilidade de várias fontes de energia, até 2027, a um custo total de mais de 200 biliões de dólares norte-americanos.

O recentemente anunciado Plano Sectorial de Energia, parte de um amplo Plano Director de Infra-estruturas Regionais, aprovado em 2012, aborda quatro grandes objectivos estratégicos, nomeadamente o de assegurar a segurança energética, a melhoria do acesso a serviços energéticos modernos, uso dos abundantes recursos energéticos e atracção de investimento financeiro e sustentabilidade ambiental.

O plano identifica projectos de infra-estruturas "duras" que incluem a produção e transmissão de electricidade; refinarias, instalações de armazenamento e condutas para o petróleo e gás, e instalações de transporte para a distribuição e exportação de carvão.

Com relação ao sub-sector eléctrico, o Plano Director identificou 73 projectos de produção de energia para aumentar a produção dos actuais 56.000 Megawatts (MW) e superar a demanda projectada de 96 mil MW até 2027.

Além dos projectos de infra-estruturas "duras", o Plano Director também identificou 16 questões de infra-estruturas "suaves" que precisam ser abordadas antes da região poder atingir a auto-suficiência no sub-sector de energia eléctrica.

Estas incluem políticas harmonizadas e uma maior cooperação no desenvolvimento de energia e comércio. r

Zâmbia e BAD assinam acordo de empréstimo de energia

A ZÂMBIA E O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) assinaram um acordo de empréstimo de 55 milhões de dólares norte-americanos para a construção da central hidroeléctrica de Itezhi-Tezhi e uma linha de transmissão.

O acordo foi assinado pelo Ministro das Finanças da Zâmbia, Chikwanda Alexander, e o Representante do BAD no País, Freddie Kwesiga.

O projecto envolverá a construção e operação de uma central hidroeléctrica de 120 Megawatts (MW) em Itezhi-Tezhi, uma barragem localizada ao longo do rio Kafue.

Depois de concluído, o projecto irá aumentar significativamente o fornecimento de energia a Zâmbia e a região. A Zâmbia produz actualmente 1.800 MW, que compartilha com o resto da região, através do Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral. r

Moçambique recebe um empréstimo 65 milhões de dólares norte-americanos para reabilitação de central eléctrica

MOÇAMBIQUE ESPERA aumentar a produção de energia após a empresa eléctrica nacional, a Electricidade de Moçambique (EDM), ter assegurado um empréstimo da França para a reabilitação de duas centrais eléctricas.

Moçambique receberá um empréstimo de 50 milhões de Euros para reabilitar as estações de Mavuzi e Chicamba, na província central de Manica, ao abrigo de um acordo assinado em Outubro, com a Agência Francesa de Desenvolvimento.

O projecto de reabilitação deverá aumentar a capacidade de produção das duas centrais de energia em 50 por cento, fazendo com que Mavuzi passe a produzir 52 Megawatts (MW), enquanto Chicamba irá produzir 38MW.

As duas estações são propriedade da EDM e ambas estão no rio Revue. r

Quatro Congressos, per diferentes processos

por Phyllis Johnson

TRIMESTRE DE 2012. Trata-se de antigos movimentos de libertação que agora governam quatro Estados-Membros da SADC.

Os líderes desses quatro partidos políticos são Chefes de Estado e ocupam cargos na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Apesar de muitas preocupações políticas serem similares, os seus processos políticos oferecem diferentes aspectos de práticas eficazes.

Os congressos dos partidos foram realizados em Moçambique, no final de Setembro, na Tanzânia, no início de Novembro, na Namíbia, no final de Novembro, e na África do Sul, nos meados de Dezembro.

Estes partidos políticos bem estabelecidos têm temas semelhantes sobre questões políticas e de desenvolvimento económico e capacitação, mas possuem diferentes sistemas de estrutura política e de transição da sua liderança.

Todos têm enfrentado desafios de transição na liderança, especialmente a primeira transição depois de terem atingido o seu objectivo de independência nacional, e alguns já tem soluções definidas.

Todos vão ter eleições em 2014-2015 e realizaram Congressos muito antes dessas datas.

NAMÍBIA

O 5º Congresso do Partido SWAPO em Windhoek, Namíbia, apresentou um forte processo político que evoluiu desde a independência em 1990.

Com o tema "Rumo a equidade e emancipação económica", o Congresso considerou 13 documentos de política refinados numa conferência política de três meses antes de uma série de questões de desenvolvimento. O congresso da SWAPO resolveu fortalecer os mecanismos de implementação.

O aspecto mais esperado do 5º Congresso do Partido SWAPO, como observado na declaração de encerramento, foi a eleição da direcção do partido. O Presidente Hifikepunye Pohamba, que actualmente lidera o Órgão da SADC Troika, foi eleito sem oposição para um segundo mandato como líder do partido de 2013-2017.

Isso significa que ele continuará como líder do partido mesmo depois de deixar o cargo de Chefe de Estado em 2015, após as eleições nacionais.

Portanto, a disputa pela liderança não esteve centrada no nível mais elevado da liderança do partido, mas nos níveis seguintes de vice-presidente, secretário-geral e deputado. O vencedor, que surgiu a partir da campanha para o

cargo de vice-presidente do Partido SWAPO foi o ex-primeiro ministro, Dr. Hage Geingob, actualmente Ministro do Comércio e Indústria.

Geingob foi nomeado primeiro-ministro numa remodelação governamental anunciada imediatamente após o Congresso. Ele será o candidato do partido para Presidente da República nas eleições de 2014.

Assim, a decisão é tomada dois anos antes das eleições, evitando divisões no período eleitoral. A disputa teve lugar não no topo, mas no segundo nível, sem nenhum impacto sobre o Chefe de Estado ou a estabilidade do país.

O presidente do partido apelou a todos os candidatos a aceitar os resultados da eleição que foi bastante disputada e evitar uma repetição do cenário verificado na corrida para a anterior liderança em que o candidato derrotado abandonou o processo para formar o seu próprio partido.

Esta é a segunda transição da liderança da Namíbia, depois da primeira que foi muito disputada e repleta de acusações em que o perdedor se recusou a aceitar os resultados.

No Congresso anterior, quando o presidente fundador, Sam Nujoma, deixou o cargo, o partido decidiu conferir-lhe o título de "Líder da Revolução da Namíbia", com um convite aberto para participar de todas as reuniões do partido.

MOÇAMBIQUE

Moçambique enfrentou quase os mesmos desafios no 10º Congresso do Partido Frelimo, realizado na província setentrional de Cabo Delgado.

O Presidente Armando Emílio Guebuza, o líder do partido, é Chefe de Estado e actual Presidente da SADC.

As principais questões políticas estão contidas na Agenda Nacional de Luta Contra a Pobreza. O principal resultado foi a eleição da direcção do partido através de um novo sistema inclusivo de cotas e exclusivo para a Frelimo chamado "renovação na continuidade", em que há listas de candidatos separados de mulheres e homens, votada por todos os delegados.

Os complexos boletins de voto para o Comité Central tiveram cinco secções: para aqueles que procuravam a reeleição, para os recém-chegados, para candidatos jovens com menos de 35 anos, para as áreas económicas e sociais, e para os veteranos da luta de libertação. Cada secção tem uma cota de mulheres e homens candidatos, e os filhos dos veteranos são considerados veteranos para esta finalidade.



perspectivas semelhantes, práticas eficazes

A Comissão Política tem 14 membros eleitos mais três membros timoneiros que são o presidente, o secretário-geral e secretário da comissão de verificação.

Os 14 membros da liderança do partido topo são eleitos em duas categorias: 60 por cento de continuidade (aqueles que buscam a reeleição) e 40 por cento de renovação (recém-chegados). Para a continuidade, há oito lugares - quatro homens e quatro mulheres. Os restantes seis assentos para a renovação, quatro são reservados para homens e dois para mulheres.

Isto resultou em ampla representação inclusiva de diferentes sectores e grupos de interesse, incluindo 35 por cento de mulheres. O partido Frelimo tem três alas separadas para mulheres, jovens e veteranos de guerra.

Guebuza foi absolutamente reeleito como líder do partido com 97,3 por cento dos votos.

A maior surpresa foi o primeiro-ministro e o seu antecessor terem perdido os seus assentos na Comissão Política. O Governo foi remodelado imediatamente após o Congresso, com um jovem que é um recém-chegado à Comissão Política, sendo nomeado como primeiro-ministro.

Guebuza está a cumprir o seu segundo e último mandato como chefe de Estado, mas pode permanecer como presidente do partido, como o seu antecessor fez antes dele, e, portanto, o partido governamental é susceptível de ter uma liderança de topo diferente, depois das próximas eleições nacionais marcadas para o último trimestre de 2014.

As estruturas da Frelimo não incluem uma linha directa de sucessão para a presidência. Apesar do primeiro-ministro ser muitas vezes visto como um potencial sucessor, este nunca foi o caso até à data. O candidato presidencial será indicado muito próximo do momento da eleição.

REPÚBLICA UNIDA DA TANZANIA

Mais a norte, na República Unida da Tanzânia, onde Jakaya Kikwete é Chefe de Estado e actual Presidente da Troika da SADC sobre a Cooperação Política, Defesa e Segurança, o partido governamental Chama Cha Mapinduzi (CCM) realizou o seu 8º Congresso Nacional.



Kikwete foi reeleito como presidente nacional do partido CCM que trouxe a independência nacional quando ostentava o nome União Nacional Africana de Tanganyica, fundada pelo Mwalimu Julius Nyerere.

A República Unida da Tanzânia é o resultado da união da parte continental (Tanganyika) e com a Ilha de Zanzibar, em 1964, e as estruturas partidárias do CCM também reflectem essa união.



O congresso de 2012 viu o retorno de quadros experientes considerados trabalhadores e "limpos" de corrupção, que tinham servido o partido em anteriores cargos de chefia.

Estes incluíram as três primeiras posições da presidência, isto é, os dois vice-presidentes, para o continente e para Zanzibar, e o secretário-geral. Todos os três postos são ocupados por homens, mas uma mulher com um grande perfil foi eleita para o novo cargo de secretário-geral das Relações Exteriores.

O CCM também não tem estrutura específica para a sucessão e Kikwete permanecerá como chefe do partido depois das próximas eleições nacionais em Outubro de 2015 para a continuidade, assim como aconteceu com os seus antecessores. O candidato presidencial para as próximas eleições nacionais será escolhido próximo do período eleitoral, provavelmente no primeiro semestre de 2015.

ÁFRICA DO SUL

O último congresso do partido no poder em 2012 foi o do Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, em Dezembro, quando o presidente Jacob Zuma enfrentou o desafio de ver fora o seu vice, que também é vice-presidente do país.



O congresso marcou os 100 anos desde que o ANC foi formado em 1912, na mesma cidade, em Mangaung, com a maioria da direcção do partido sendo reeleita, excepto o vice-presidente Kgalema Motlanthe, que foi substituído por um conhecido empresário. O presidente do partido continua a ser uma mulher.

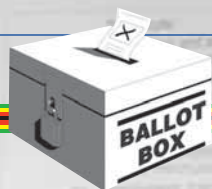
O debate pré-congresso foi mais sobre a liderança e representação do que sobre as questões políticas significativas para o partido, com desafios judiciais ameaçados em algumas províncias ao longo do processo de escolha de delegados para o congresso.

Durante um debate de alto nível sobre a "chuva" de candidatos para a liderança do partido, o secretário-geral negou que a ANC "arranja" liderança, sublinhando que o diálogo é parte do processo democrático.

O Presidente Zuma está a cumprir o seu primeiro mandato como Chefe de Estado e é membro da Troika da SADC sobre a Cooperação Política, Defesa e Segurança. Ele vai concorrer para a sua reeleição como Presidente da África do Sul no início de 2014.

Na sua curta história no governo, o vice-presidente do ANC conseguiu obter um alto cargo no partido e no governo, mas ainda não está claro se esse será o caso nas eleições de 2019, altura em que Zuma terá completado o seu segundo mandato e tomando em conta que não haverá outro congresso do partido antes desse período. r





Referendo 16 Março

Novo ante-projecto de Constituição para o Zimbabwe

A **CONCLUSÃO** de um processo de consulta sobre uma nova Constituição para o Zimbabwe abre caminho para um referendo a 16 de Março, seguido por eleições mais tarde.

"Todas as partes concordaram. Nós finalmente concordamos com a finalização do ante-projecto de Constituição", afirmou o Presidente Robert Mugabe, numa conferência de imprensa, no início de Fevereiro, que contou com a presença de outros dois principais responsáveis pelo Acordo Político Global (GPA) - O Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai e o vice Primeiro-Ministro Arthur Mutambara.

De acordo com o GPA, assinado em 2008, a finalização do processo de elaboração da constituição abre espaço para a realização de eleições gerais.

No entanto, antes disso o País deve realizar um referendo sobre a possibilidade de aceitar ou rejeitar a nova Constituição, que substitui a constituição de

origem britânica elaborada em Lancaster House e que entrou em vigor após a Independência, em 1980. O referendo foi marcado para 16 de Março.

Os principais partidos políticos - Zanu-PF e as duas formações do MDC - iniciaram uma campanha pedindo que os seus membros digam "Sim" no referendo.

Zimbabwe vai realizar eleições presidenciais, parlamentares e dos governos locais posteriormente. A data será anunciada após o referendo, mas as eleições poderão decorrer ainda este ano. Segundo a actual Constituição, a duração deste Parlamento termina a 29 de Junho.

O Zimbabwe realizou as suas últimas eleições em 2008, quando a oposição venceu marginalmente mais assentos no Parlamento, enquanto o Zanu-PF ganhou o voto popular e a Presidência.

As disputadas eleições resultaram no GPA, um acordo



mediado pela SADC para a formação de um governo inclusivo envolvendo Mugabe, Tsvangirai e Mutambara, implementado em Fevereiro de 2009.

De acordo com o GPA, o presidente Mugabe, do ZANU-PF manteve-se Chefe de Estado, enquanto Tsvangirai do MDC-Tsvangirai (MDC-T) tornou-se primeiro-ministro e Mutambara do MDC se tornou o vice-primeiro ministro.

Um Governo composto por 15 ministros do ZANU-PF, 13 do MDC-T e três do MDC também foi também empossado.

Um componente chave do GPA foi a remoção de sanções contra o Zimbabwe

implementadas pela União Europeia por insistência do Reino Unido e sanções abrangentes aprovadas pelo Congresso dos EUA, no entanto isso não aconteceu ainda e os prazos dos processos nesses países parecem improváveis de facilitar o levantamento das sanções antes das eleições.

Todos os Estados-Membros da SADC fizeram activamente campanha para a remoção dessas sanções, ao falar publicamente e durante as discussões privadas. A Zanu-PF organizou um abaixo-assinado com assinaturas de mais de dois milhões de zimbabweanos que pediam o levantamento das sanções. r

Destaques do ante-projecto de Constituição do Zimbabwe

- O Poder Executivo é exercido pelo Presidente, que é Chefe de Estado e de Governo e Comandante-em-Chefe das Forças de Defesa. A provisão é feita por dois vice-presidentes.
- O Parlamento é composto pela Assembleia Nacional e o Senado.
- A Assembleia Nacional tem 210 membros eleitos por escrutínio secreto de 210 círculos eleitorais uninominais. Além disso, para os dois primeiros parlamentos após a aprovação da nova Constituição, as 60 mulheres membros serão eleitas por representação proporcional, com seis de cada uma das 10 províncias com base nos votos obtidos por candidatos que representam partidos políticos nas eleições locais por província.
- O Senado será composta por 80 membros, seis eleitos em cada província através de um sistema de representação proporcional, com base nos votos obtidos por candidatos que representam partidos políticos nas eleições para a Assembleia Nacional e seleccionados a partir de listas ", em que candidatos do sexo masculino e feminino são listadas como alternativa de cada lista que está sendo dirigido por uma candidata. "Os restantes lugares serão preenchidos por 18 chefes tradicionais - O Presidente e Vice-chefe do Conselho, mais dois de cada uma das oito províncias não-metropolitanas eleitas pela assembleia provincial dos chefes. Dois assentos do Senado são designados para os representantes das pessoas com deficiência, com o método de eleição a ser definida nos termos da lei eleitoral.
- Os direitos dos cidadãos foram ampliados através de um amplo capítulo sobre a Declaração de Direitos. Os direitos previstos são os direitos à vida, trabalho, educação, água, abrigo, direitos ambientais, à liberdade de expressão e de imprensa, e de casamento, excepto para casamentos do mesmo sexo.
- O projecto de Constituição reconhece 16 línguas oficiais - Chewa, Chibarwe, Inglês, Kalanga, koisán, Nambya, Ndaú, Ndebele, Shangani, Shona, signlanguage, Sotho, Tonga, Tswana, Venda e Xhosa. Anteriormente, apenas três línguas eram reconhecidas - Inglês, Ndebele e Shona.
- O Preâmbulo exalta os " homens e mulheres bravos que sacrificaram as suas vidas durante a luta de libertação nacional", reconhece a riqueza de recursos naturais, e celebra a vitalidade das tradições e culturas. Os veteranos da luta de libertação, incluindo aqueles que os assistiram e os que foram presos, detidos ou banidos devem ser respeitados e fortalecidos economicamente. r





Da intenção declarada à aplicação real Protocolo do Género da SADC entra em vigor

O PROTOCOLO da SADC sobre Género e Desenvolvimento entrou em vigor depois da ratificação do instrumento pelos necessários dois terços dos Estados-Membros.

De acordo com um comunicado emitido após a reunião anual dos Ministros responsáveis pelo Género e Assuntos da Mulher na região da SADC, realizada em Moçambique, em meados de Fevereiro, 10 Estados-membros ratificaram o protocolo.

Trata-se de Angola, Lesotho, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul,

Zimbabwe ante-projecto de Constituição propõe igualdade de género de 50:50

ZIMBABWE É o primeiro Estado-membro da SADC a propor uma lei que garante uma representação de 50 por cento das mulheres e dos homens no Parlamento e outros órgãos governamentais. De acordo com um ante-projecto de Constituição elaborado pela Comissão Especial Parlamentar de revisão da Constituição (COPAC), o governo deve promover o pleno equilíbrio de género na sociedade do Zimbabwe.

O ante-projecto de Constituição propõe a introdução de um sistema de cotas para mulheres no Parlamento, deixando de lado 60 lugares adicionais para mulheres no Parlamento, seis para cada eleito por meio de um sistema de representação proporcional das 10 províncias. O ante-projecto de Constituição propõe ainda a criação de uma Comissão de Género cujas funções incluem questões de monitoria respeitante a igualdade de género. r

Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

"A reunião elogiou os esforços dos Estados-Membros no depósito de instrumentos de ratificação que posteriormente levaram à sua entrada em vigor", refere o comunicado.

A reunião reiterou a importância de garantir a efectiva implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento. Isso requer a domesticação do Protocolo para o direito nacional.

O processo de aprovação de um instrumento jurídico regional requer, em primeiro lugar, a assinatura e, em seguida, ratificação, um processo que difere de país para país.

O protocolo "entra em vigor", após a ratificação por dois terços dos Estados membros da SADC. Estes avanços da lei regional devem passar da intenção declarada para a aplicação real.

Os objectivos do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento são assegurar a autonomia das mulheres, eliminar a discriminação e alcançar a qualidade e equidade de género através de legislação sensíveis aos assuntos, políticas, programas e projectos de género. As metas incluem, entre outros, a realização de uma representação de 50 por cento de homens e mulheres na política e na tomada de decisão até 2015, em linha com a decisão tomada pelo Chefes de Estado e de Governo e da União Africana.

Os ministros também aprovaram a proposta de desenvolver de uma Adenda ao Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento para acomodar o género e as mudanças climáticas.

Esta é uma resposta à preocupação de que os impactos das mudanças do clima afectam desproporcionalmente as mulheres e crianças na região. r



Progresso na assinatura e ratificação do Protocolo da SADC sobre o Género

País	Data da assinatura	Data da ratificação	Instrumentos depositados
Angola	2008	2010	✓
Botswana	Ainda não assinado		
RDC	2008		
Lesotho	2008	2010	✓
Madagáscar	2008		
Malawi	2009		
Maurícias	Not yet signed		
Moçambique	2008	2010	✓
Namíbia	2008	2009	✓
Seychelles	2008	2011	✓
África do Sul	2008	2012	✓
Swazilândia	2008	2012	✓
Tanzânia	2008	2010	✓
Zâmbia	2008	2012	✓
Zimbabwe	2008	2009	✓

SADC adopta posição comum antes da reunião da ONU sobre as mulheres

por Joseph Ngwawi

OS MINISTROS responsáveis por Assuntos de Género e da Mulher na região da SADC desenvolveram uma posição comum para a 57ª Sessão da Organização das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher (CSW), prevista para Março.

Os ministros, reunidos em Moçambique, em Fevereiro, aprovaram dois documentos importantes - o documento final sobre a posição da SADC na 57ª Sessão da CSW, bem como o projecto acordado das Conclusões sobre o tema prioritário de eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra mulheres e raparigas.

Os ministros reiteraram a importância das preocupações prioritárias para a região, em particular a necessidade de combater a violência doméstica de forma mais eficaz, lidar com as causas profundas da violência contra as mulheres, o desenvolvimento de programas robustos de sensibilização dirigidas famílias e comunidades, especialmente nas áreas rurais.

Outras prioridades regionais incluem a priorização de actividades em socialização, com vista a mudar as mentalidades e atitudes, bem como o fortalecimento de esforços rumo a autonomia económica das mulheres. r



União Africana @ 50 Rumo a uma profunda integração

por Kizito Sikuka

NUMA ALTURA em que a África comemora 50 anos desde a formação da Organização de Unidade Africano (OUA) - agora, a União Africana - Os líderes africanos apelaram ao aprofundamento da cooperação entre os Estados membros para assegurar que o continente tome o controlo total da sua agenda de desenvolvimento.

Este foi um dos resultados da 20ª Cimeira Ordinária de Chefes de Estado e de Governos da UA, realizada no final de Janeiro na sede da UA em Adis Abeba, Etiópia.

O tema para a cimeira e para as celebrações do Jubileu de Ouro é "Pan-africanismo e Renascimento Africano".

Falando logo depois de assumir a presidência da UA, o primeiro-ministro etíope, Hailemariam Dessalegn, disse que há uma série de questões prioritárias que precisam de ser abordadas para promover a integração continental.

"Enquanto celebramos o Jubileu de Ouro da nossa organização, temos que fazer um balanço das nossas conquistas e desafios ao longo dos últimos 50 anos e traçar um caminho para realizar a nossa visão de criar uma África pacífica, democrática, próspera, unida e com um lugar cimeiro no mundo."

Ele disse que, ao longo das últimas décadas, a África conseguiu registar um crescimento económico robusto, atraindo um "crescente interesse como uma nova fronteira de negócios e de investimento" de muitas economias desenvolvidas e emergentes como a China.

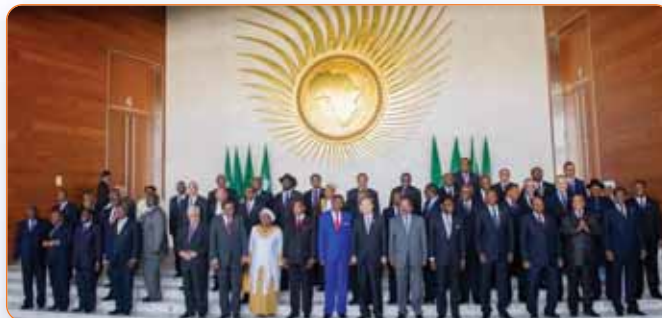
"Não há dúvida de que a África precisa para sustentar o ritmo de crescimento que alcançou durante a última década. Isso só pode ser feito se conseguirmos trazer uma

transformação estrutural", afirmou Dessalegn.

A transformação inclui melhorias nas infra-estruturas, o aumento do comércio regional, o progresso no movimento suave de bens e serviços em todo o continente e promoção da paz, estabilidade e segurança.

A Presidente Comissão da UA, Nkosazana Dlamini-Zuma, concordou, dizendo que depois de 50 anos, a África já encontrou as condições ideais para estimular o desenvolvimento socioeconómico do continente.

Por exemplo, ela disse que seis das 10 mais rápidas economias em crescimento do mundo estão em África e que o continente tem vindo a crescer a uma média de cinco por cento por ano há mais de uma década,



apesar da crise financeira e económica mundial.

África é também dotada de ricos recursos naturais, que são ingredientes essenciais para um crescimento e desenvolvimento. Além disso, o continente tem uma população crescente, vibrante, cheia de recursos juvenis que estão sendo equipados com habilidades

fundamentais que conduzirão a transformação da África.

"Estes são componentes críticos nos processos industriais e de desenvolvimento agrícolas que devem impulsionar o crescimento económico e a transformação do comércio e social", disse Dlamini-Zuma.

"Devemos, portanto, tomar medidas ousadas e lutar por um lugar de destaque no mundo, como um pólo de crescimento global. Temos de desenvolver a nossa história e desafiar os paradigmas e o pensamento convencional."

O Chefe de Estado do Benin e Presidente cessante UA, Boni Yayi, pediu maior cooperação entre o sector privado e os governos nacionais em África.

"A UA nunca explorou fortemente o potencial do sector privado de África. É hora de fazer isso", disse ele.

As celebrações para marcar o aniversário dos 50 anos da UA vão decorrer a 25 de Maio, para coincidir com a data da formação da OUA em 1963.

Etiópia vi acolher as principais celebrações que serão realizadas durante a Sessão Ordinária da UA no mesmo mês.

A UA realiza tradicionalmente as suas cimeiras duas vezes por ano - em Janeiro / Fevereiro e em Junho / Julho. No entanto, para acomodar a festa de aniversário dos 50 anos, a segunda cimeira anual foi transferida para 25 de Maio. r

Principais decisões da 20ª Cimeira da UA

- Reorientação da Comissão Económica para África (ECA) para apoiar a agenda de transformação da UA - A Cimeira pediu ao Secretário-Geral das Nações Unidas para fornecer o apoio necessário para a CEA para melhorar o seu trabalho de acordo com as prioridades de África.
- Criação do Observatório Africano da Ciência, Tecnologia e Inovação (AOSTI) - A Cimeira aprovou o projecto e pediu que os parceiros de desenvolvimento usem o necessário apoio técnico e financeiro para sustentar o AOSTI e seus programas.
- Coordenação do Comité de Chefes de Estado e de Governo de África sobre as Mudanças Climáticas (CAHOSCC) e preparação para a 19ª Conferência de Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 19), na Polónia - A Cimeira reconheceu a necessidade de aperfeiçoar mais e agilizar o mecanismo de coordenação para a CAHOSCC.
- Sobre a redução da mortalidade materna, neonatal e infantil e morbidade em África - A Cimeira apelou aos ministros da Saúde da União Africana analisar os progressos realizados em relação ao estado de saúde materna, neonatal e infantil, as estratégias concretas e inovadoras numa escala maior, a fim de atender adequadamente às necessidades de saúde das mulheres e crianças africanas e apresentar um relatório à Sessão 21ª Cimeira Ordinária da UA na Etiópia.

A cimeira tomou nota da proposta da República da Guiné relativa à criação de uma Coligação triangular Sul-Sul e apoio à agenda de desenvolvimento de África pós-2015; Aprovou, em princípio, a criação de uma Coligação triangular Sul-Sul. r

Eventos Fevereiro – Abril 2013



ÁFRICA AUSTRAL HOJE
SADC HOJE Vol 15 No 2 Fevereiro 2013

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guião para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral
Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR
Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL
Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglina Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Patience Ziramba, Danai Majaha, Nobuhle Sithole.

ONSELHO EDITORIAL

TRADUTOR
Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é apoiado pelo Ministério Norueguês dos Negócios Estrangeiros, em apoio ao Grupo Temático dos Parceiros Internacionais de Cooperação no Sector de Energia da SADC, que é presidido pela Noruega.

© SADC, SARDC, 2012

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sardc.net. Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO
Tonely Ngwenya

FOTOS E ILUSTRAÇÕES
P1 www.angola.org, www.congoleaders.org, worldtourism.com, embangola-can.org, zambezitraveller.com, thezimbabwian.co.uk; web.worldbank.org;
p4 P. Johnson, P. Johnson; trainnet.org; p5 defencweb.co.za, traveljournals.net;
p6 www.wildmadagascar.org, www.ecotourism.org, www.wildmadagascar.org,
whc.unesco.org; p7 www.congoleaders.org, www.congoleaders.org, allcountries.com,
www.congoleaders.org; p8-9 worldtourism.com, windenergyplanning.com;
solarpower.com, powerworks.co.za; p10 www.namibian.com.na, www.swapoparty.org,
www.mozambiqueoc.com, www.frelimo.org.mz; p11 www.tanzania.go.tz,
www.issafrika.org; www.southafrica.net, www.anc.org.za; p12 P. Ziramba, SARDC,
R Nyamanhindi, SARDC; p14 www.au.int/en; p16 Michael Bailey, John Aerni

Subscreva Hoje
ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral
15 Downie Avenue, Belgravia, Box 5690,
Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141/791 143 Fax +263 4 791 271
E-mail sadctoday@sardc.net
www.sardc.net Conhecimento para o Desenvolvimento



Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral



www.sardc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento

Fevereiro
11-14,
Moçambique

Ministros Responsáveis por Assuntos do Género na SADC

Ministros responsáveis por Assuntos de Género e Mulheres reúnem-se anualmente para tratar de questões políticas e de coordenação para as reuniões internacionais, bem como para acompanhar o progresso na ratificação e implementação do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento.

18-22, Quénia

Conselho do Fórum Global Ministerial do Ambiente

O conselho reúne-se anualmente para analisar questões políticas existentes e emergentes, bem como os orçamentos. Destina-se a promover a cooperação internacional, bem como fornecer orientação política geral para a direcção e coordenação de programas ambientais a nível global através da UNEP. Esta é a 27ª sessão.

19-21,
África do Sul

Reunião Africana de Energia Indaba

A conferência anual tem como objectivo explorar formas para a África pode aproveitar integralmente os seus recursos de energia enorme para alcançar auto-suficiência energética.

20-23,
Zimbabue

5ª Conferência Internacional sobre TIC em África

O objectivo é destacar a importância da colaboração Sul-Sul entre os países africanos e outros países em desenvolvimento, e entre os países africanos e os países industrializados rumo as TIC e desenvolvimento de soluções.

27, Botswana

Grupo Temático de Energia da SADC

O Grupo Temático de Energia é uma reunião de coordenação dos parceiros de cooperação, especialistas da SADC e suas organizações subsidiárias para discutir formas de ajudar a região a enfrentar os desafios de energia.

Março
8-9, Moçambique

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho de Ministros da SADC é responsável por supervisionar e monitorar as funções e o desenvolvimento da SADC, e garantir que as políticas sejam devidamente implementadas para promover a integração regional. Conselho é precedido por reuniões preparatórias de altos funcionários que ocorrem durante o período de 01-7 março.

8, Global

Dia Internacional da Mulher

Este é o dia designado pelas Nações Unidas para comemorar questões de igualdade das mulheres com os homens, e coincide com a 57ª Sessão da Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher, realizada todos os anos no início de Março. O tema principal da CSW deste ano é "Eliminação e Prevenção de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres e Raparigas" e um tema subsidiária é "a partilha de responsabilidades entre homens e mulheres, incluindo cuidados no contexto de HIV e SIDA".

20, Moçambique

34ª Reunião da Comissão Executiva do SAPP

O Comité Executivo do SAPP é composto por chefes executivos de empresas de energia membros. A comissão actua como o Conselho do SAPP e é responsável pela coordenação e formulação de objectivos para o grupo de Energia.

26-27,
África do Sul

5ª Cimeira do BRICS

BRICS significa Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os líderes desses países reúnem-se anualmente em Cimeira para buscar soluções para os desafios de desenvolvimento e considerar áreas de colaboração para as economias BRIC.

Abril
15-17, Namíbia

Fórum de Migração de Radiodifusão Digital na SADC

SADC vai se reunir para discutir e acordar sobre as actividades que assegurem que todos os países membros estejam prontos para a transição para a radiodifusão digital.

11 de Março de 2013

Em memória e honra do Rei Moshoeshe I Rei do Lesotho 1823-1870

DIA DE Moshoeshe é comemorado no Lesoto a 11 de Março, dia em que o Rei Moshoeshe I, fundador da nação Basotho, acredita-se que tenha morrido em 1870. Tornou-se rei há 190 anos, em 1823, e é considerado como um grande líder e diplomata que trabalhou para a preservação da língua do seu País, a arte e cultura através da língua Sesotho.

Ele nasceu em Menkhoaneng em 1786, filho de Mokhachane, e era conhecido como Lepoqo, um nome que marcou a calamidade social do conflito que irrompeu na sua comunidade, quando ele nasceu. Mais tarde ficou conhecido como Moshoeshe, nome atribuído após as letras dos versos de vitória que compôs depois de ter invadido 500 cabeças de gado do vizinho Chefe Moeletsi, enquanto imitava o cântico "sapato-sapato-sapato" para descrever a sua vitória.

Isso ocorreu durante o tempo em que os nomes eram ferramentas importantes através do qual grandes eventos nacionais poderiam ser documentados e protegidos como lições para as gerações futuras. O dia é importante para exortar os Basothos a promover e preservar a sua identidade e linguagem, uma vez que a linguagem funciona como um motor forte na definição da sociedade.

Durante as guerras de Lifaqane, Moshoeshe e seu povo efectuaram uma grande caminhada de Menkhoaneng para Thaba Bosiu, em 1824, uma viagem de nove dias. Thaba Bosiu significa "montanha nocturna", e, segundo a crença local, o pico desta elevada montanha servia de fortaleza durante a noite, proporcionando assim uma grande defesa durante as várias guerras, incluindo a terceira guerra contra os fazendeiros bóeres no Estado Livre, em 1868.

Thaba Bosiu é, assim, imbuído de grande importância uma vez que a montanha está fortemente associada com a formação da nação Basotho. O túmulo de Moshoeshe I no topo da montanha contribui para a santidade do local e esta paisagem foi declarada um monumento nacional, em 1967, devido à intangível riqueza cultural.

Este ponto ancestral tem um valor simbólico e um significado histórico. Assim, o Departamento Nacional de Cultura está a fazer esforços para garantir que a área seja atribuída um reconhecimento mundial, pois

serve como uma lembrança constante daquilo que os Basotho são e donde foram "criados e cultivados" como uma nação, portanto, o berço do Lesotho, considerado sagrado e terra "distante" dos milagres e da profecia.

Moshoeshe é celebrado pelo seu poder e sabedoria uma vez que deu refúgio a diferentes grupos étnicos durante as guerras Lifaqane e fora dessas comunidades ele "concebeu" o Basotho. O que o tornou notável foi a sua forte convicção de que para ganhar sabedoria e poder como um líder era preciso primeiro adquirir qualidades de clareza da mente, do coração e da bondade de serviço ao povo.

Neste dia, no Lesotho, são realizadas grandes comemorações simbólicas com a deposição de coroas de flores na estátua de Moshoeshe, palestras especiais são organizadas pela Biblioteca Nacional do Lesotho onde o legado e a ideologia de Moshoeshe é revelada para os estudantes do ensino médio e da Universidade Nacional do Lesotho, a fim de manter que a sua memória esteja viva entre os jovens.

Os eventos deste dia coincidem com a rota do património anual de três dias a partir de Menkoaneng para Thaba Bosiu, seguindo os passos que este herói deu a partir do seu lugar de origem até onde fundou a nação chamada Basotho. Estas iniciativas de memória são uma plataforma através das quais os seres humanos conferem sentido a sua identidade e a sua relação para com o outro. Tais comemorações selam a ideia de que a cultura é uma força produtiva que não só molda os conceitos humanos e os impactos do seu comportamento, mas também contribui em grande medida para a melhoria do seu bem material e do mundo espiritual.

Isto, então, faz colocar algumas perguntas para os nossos líderes no que diz respeito aos esforços que permitam que os seus nomes se tornem memórias ou referências de educação para as próximas gerações. Que traços positivos eles deixam para trás para que sejam recordados pelas gerações vindouras?

Que iniciativas deixaram para serem celebrados através da música, memória e património? Que legado deixam arquivado localmente e regionalmente para as próximas gerações, ou será que a sua capacidade foi destruída pela ideologia da democracia? r



Comemoração de Ougadi nas Maurícias

11 de Abril de 2013

O NOME deriva do *Yuga Adi* ", o início de uma nova era", e é dia do ano novo para o povo da região de *Deccan* da Índia. Calha num dia diferente a cada ano por causa do calendário hindu que é lunar, que inicia com Chaitra (Março - Abril), que é o primeiro mês do calendário indiano, *Panchanga*.

Nas Maurícias, este é um evento familiar para reafirmar os valores e ritos incorporados na cultura. Nesse dia, as pessoas da comunidade *Telegu* tomam um banho de madrugada com açafraão e óleo perfumado que se destina a purificar e esquecer todos os problemas e mal-entendidos do ano passado e começar o novo ano. Vestir roupas novas é a tradição, bem como preparar um *thoranam* composto por 18 folhas de manga colocadas à entrada da casa para trazer energia positiva. O *muggulu*, feito de flores e arroz colorido, é colocado no chão para representar a harmonia.

O consumo de uma mistura específica de seis sabores diferentes, chamados *Ugadi Pachhadi*, simboliza o facto de que a vida é uma mistura de diferentes experiências que devem ser aceites em conjunto e com serenidade durante o Ano Novo - tristeza, alegria, raiva, medo, desgosto, surpresa. A oração é feita em casa, antes de prosseguir para o templo. Toda a família se reúne para desfrutar de um almoço tradicional, desejando uns aos outros "*Ugadi Subhankshalu*".

FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Fevereiro - Abril 2013

1 Fevereiro	Dia da Abolição da Escravatura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Feriado Público	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
10 Fevereiro	Festival Chinês da Primavera	Maurícias
12 Fevereiro	Dia do Carnaval	Angola
3 Março	Dia dos Mártires	Malawi
4 Março	Feriado Público	Malawi
8 Março	Dia da Mulher	Angola, Zâmbia
10 Março	Maha Shivaratree	Maurícias
11 Março	Dia de Moshoeshe I	Lesotho
12 Março	Dia Nacional	Maurícias
	Dia da Juventude	Zâmbia
21 Março	Dia da Independência	Namíbia
	Dia dos Direitos Humanos	África do Sul
29 Março	Dia dos Mártires	Madagáscar
	Sexta-feira Santa	Toda SADC excepto RDC e Maurícias
30 Março	Feriado Público	Botswana
	Páscoa/Sábado Santo	Seychelles e Zâmbia
1 Abril	Segunda-feira de Páscoa	Toda SADC, excepto Angola, Maurícias e Moçambique
7 Abril	Dia do Sheikh Abeid Karume	Tanzânia
	Dia da Mulher	Moçambique
8 Abril	Feriado Público	Moçambique
11 Abril	Ougadi	Maurícias
13 Abril	Dia da Paz e Reconciliação	Angola
18 Abril	Dia da Independência	Zimbabwe
19 Abril	Aniversário do Rei	Swazilândia
25 Abril	Dia da Bandeira Nacional	Swazilândia
26 Abril	Dia da União	Tanzânia
27 Abril	Dia da Liberdade	África do Sul
30 Abril	Dia da Juventude	RDC

Adaptado de Sebinane Lekoekoe, arquivista sénior do Arquivo Nacional do Lesotho, que escreve com base nos seus conhecimentos pessoais. www.archivalplatform.org